Demanda internacional concentrada

A estrutura da oferta da castanha no mercado internacional poderia ser resumida assim: Índia e Brasil se alternam na posição hegemônica, representando juntos aproximadamente 80% da oferta mundial, e muitos países africanos participam com produções menores, destacando-se Moçambique, Tanzânia e Quênia. A África perdeu paulatinamente sua importância na produção mundial: em 1977 Moçambique, Tanzânia e Quênia representavam cerca de 56% da produção mundial, e em anos recentes sua participação média tem alcançado 20%. Não obstante as secas, pragas e doenças terem contribuído para o declínio da produção nestes países, a decadência da cultura na África é também fortemente associada à "instabilidade das instituições políticas, decorrente do conflito entre governos ditatoriais e movimentos guerrilheiros".[1]

Os EUA são o grande comprador da castanha no mercado internacional, adquirindo anualmente entre 60 e 70% da oferta mundial. Exercem, por isso, uma grande influência na formação dos preços internacionais.

Por trás dessa composição concentrada da demanda mundial, há um fato importante: na realidade, os EUA são também um grande reexportador de amêndoas, sobretudo para o mercado europeu. É que a ACC é um produto de baixo grau de elaboração, que os EUA adquirem dos países produtores, reprocessam e revendem como um bem de luxo para países de elevada renda *per capita*.

Os EUA são também o grande comprador da produção brasileira. Apenas para se ter uma idéia, em 1994 cerca de 72% das exportações brasileiras destinaram-se àquele país, gerando em torno de US$81 milhões em divisas.

Segundo a Fundação João Pinheiro, as amêndoas brasileiras apresentam um elevado índice de quebra em virtude do processamento mecânico, o que as coloca em desvantagem em relação ao produto indiano, cujo beneficiamento é manual.

Os preços internacionais da ACC estão em fase de baixa, o que é atribuído à boa oferta do produto no mercado mundial.

Os preços internacionais da ACC estão em fase de baixa (ver gráfico), o que é atribuído à boa oferta do produto no mercado mundial. Segundo a publicação dinamarquesa *Edible Nut Market Report*, após o colapso da produção africana a partir da década de 70, o governo indiano estabeleceu programas de estímulo à lavoura, o que de fato promoveu o crescimento da produção naquele país. Em anos recentes, com a política de liberação comercial que permitiu à Índia importar castanhas não-beneficiadas, criou-se um bom mercado internacional para este produto. Indonésia e Vietnã, por exemplo, vêm ampliando a cada ano a sua oferta de castanha bruta.

O farto suprimento indiano, agregado à boa safra brasileira, deverá manter o mercado internacional em baixa nos próximos meses.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

[1] *A cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, BNB, 1988.

SOJA

Safra grande, problemas maiores

O Brasil colherá mais uma grande safra de soja em um momento de importantes definições. Problemas como as compras governamentais, a sobrevalorização cambial e a perda de competitividade da sojicultura brasileira precisam ser solucionados.

O desenvolvimento da safra confirmou as melhores expectativas quanto a seu desempenho e é certa nova grande colheita. O mercado estava preparado para tal desempenho, sabendo que a tendência dos preços no exterior é de estabilidade, ou de alta discreta. No mercado interno, as cotações vigentes no mês de janeiro também se apresentaram estáveis, em um período que corresponde ao fim da entressafra.

O clima, na maior parte da safra, foi favorável, excetuando-se a estiagem de setembro, mas o que se deve destacar como elemento positivo para o comportamento da lavoura é o fato de os produtores, em geral, terem ficado mais capitalizados nas últimas comercializações, o que lhes permitiu atentarem para a necessidade de maiores cuidados. Isto foi expresso na procura de insumos para o plantio de 1994/95 e também no maior emprego do plantio direto, bem mais econômico.

No que se refere aos insumos, suas importações foram facilitadas, e isso permitiu que a preocupação com a concorrência de outros países — no caso da soja, a da Argentina — fosse um pouco atenuada. Aliás, as importações brasileiras chamaram a atenção justamente no desenrolar desta safra, sem que se tivesse dado o devido destaque ao fato de que, em sua maior parte, destinavam-se ao reequipamento de diversos subsetores da indústria e que, do mesmo modo, beneficiaram a agricultura.

Agora, na entrada da safra, o governo federal precisará desarmar a verdadeira bomba de efeito retardado insta-

lada no ano passado: o que fazer para não ter de comprar a produção?

Sabia-se que a oferta norte-americana poderia manter as cotações sob pressão baixista e, mesmo assim, a soja voltou a integrar a política de garantia de preços mínimos, participando do sistema de equivalência-produto.

No mês de janeiro, os produtores paranaenses receberam, em média, R$10,40/saca de 60kg e, com o ingresso do produto novo, os preços recuarão. Mantendo-se a correção pela TR, o preço necessário à liquidação dos contratos de custeio deverá ficar acima dos R$9/60kg no Centro-Oeste e R$9,50/60kg no Sudeste e no Sul. Ocorre que a expectativa no mercado é de preços inferiores, o que levaria o governo a compras para as quais não está preparado.

Como resolver as dificuldades

A solução do problema poderia passar pelo atendimento de velha reclamação das lideranças rurais: extinção da TR nos financiamentos agrícolas. Só que o governo federal teria de compensar os bancos. Há a possibilidade de adoção da TR na correção dos preços mínimos, o que influenciaria todo o mercado.

Também se pensou nos estímulos oficiais à estocagem de soja pelo setor privado, mediante a abertura de linha de crédito específica, além do mero paliativo de prorrogar o vencimento das dívidas de custeio.

O que se fez até agora foi aumentar o prazo dos adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), permitindo o recebimento antecipado das exportações, mas isto atende apenas à questão da liquidez dos exportadores. Estes têm sugerido a adoção no Brasil do modelo argentino, em que o governo estimula as vendas externas de produtos agrícolas restituindo 10% do valor da exportação, numa operação denominada *reintegro*.

A atual configuração do mercado só deverá apresentar alguma alteração em fins de março, quando o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) divulgará seu relatório referente à intenção de plantio da safra 1995/96 daquele país. Considera-se razoável a divulgação de menor plantio norte-americano. Afora esse fato, apenas problemas climáticos nas regiões produtoras sul-americanas, até a data do citado relatório, ou a evolução da situação nos EUA, influenciarão o mercado. Exemplo disto foi a pequena repercussão do relatório do USDA de 9 de fevereiro. Já se supunha que a previsão da produção brasileira seria corrigida a maior, devido às chuvas favoráveis às lavouras, o que de fato aconteceu. A nova estimativa dá conta de que a colheita brasileira apresentará resultado 3,75% maior que o do ano passado, chegando a 24,9 milhões de toneladas e estabelecendo um novo recorde de produção.

Um novo fator, de difícil avaliação em termos de seus reflexos sobre as cotações das commodities, é a recém-iniciada guerra comercial EUA-China. Retaliações chinesas às medidas tomadas pelos norte-americanos para protegerem patentes e direitos autorais industriais afetam diretamente importantes produtos agrícolas, como milho (de que o governo chinês cancelou compras de 630 mil toneladas), trigo e óleo de soja (ver *Agroanalysis, 14* (4), dez. 1994).

Deste modo, o produtor brasileiro deverá estar informado de que, a não ser que ocorram acidentes de percurso, não são esperados movimentos altistas nos preços do grão. Com isto, não se imaginam muitas vendas no primeiro semestre, tendendo o mercado a maior aquecimento na segunda metade do ano.

Os derivados apresentaram comportamentos diferentes

No que diz respeito aos derivados, farelo e óleo tiveram comportamentos díspares no ano passado. O primeiro foi prejudicado em razão de a procura de óleo ter levado a maior esmagamento e à conseqüente ampliação da oferta de farelo, cujo preço médio, em São Paulo, caiu abaixo da média dos últimos cinco anos. Este tipo de situação ocorreu também em nível mundial, sendo que se supõe, para 1995, uma certa estabilidade no mercado internacional do farelo.

Agora, na entrada da safra, o governo federal precisará desarmar a verdadeira bomba de efeito retardado instalada no ano passado: o que fazer para não ter de comprar a produção?

O óleo de soja, ao contrário, teve suas cotações infladas pela forte demanda externa. No caso brasileiro, predominaram as compras chinesas, que representaram mais da metade do que o país vendeu ao exterior, em 1994. Tal movimentação levou aos melhores preços internos em nove anos (os do farelo foram os piores, no mesmo período). Não se espera que este ano o comportamento das cotações em Chicago repita o movimento do ano passado, mas as cotações continuarão atraentes. Entre os fatores que poderão influenciar positivamente estão a alta dos preços do óleo de palma e a expectativa de que também a Índia efetue maiores compras.

Internamente, considerando-se que o chamado Plano Real vem-se mostrando mais estável e longevo do que seus predecessores, caracterizados por tabelamentos e congelamentos de finalização inglória, é opinião corrente no mercado que os dois derivados terão aumentos de demanda, no país, este ano.

Há, porém, sérios problemas a enfrentar. A recente crise mexicana fez com que se acendessem alertas vermelhos quanto à sobrevalorização cambial, e o subsetor da soja aguarda medidas pelo menos compensatórias. Um pouco mais além, é preciso lembrar a perda de competitividade que a estrutura fiscal brasileira acarreta às exportações do complexo da soja e que se imagina ver corrigida nas reformas a serem propostas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Tanto a sobrevalorização da moeda quanto a tributação trazem sempre à baila o exemplo do *reintegro* argentino.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA